

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 103
11/08/06 a 17/08/06**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), André Guzzi (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista FAPESP), Haroldo Ledandeck, Juliana Alves da Costa, Lisandra Crosara, Maria Paula de Barros Cantusio (redatora responsável) e Renata Avelar Gianini (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP).

Bolívia decidiu adiar nacionalização do gás

O governo boliviano decidiu suspender temporariamente o processo de nacionalização de suas reservas de gás natural. A medida deve-se, principalmente, à falta de recursos econômicos da estatal petrolífera do país, a YPFB. Com isso, o presidente Evo Morales dificilmente cumprirá a meta de refazer os contratos de exploração do gás boliviano pelas empresas estrangeiras no prazo de 180 dias, como previa o decreto divulgado em 1º de maio de 2006. Uma nota do Ministério dos Hidrocarbonetos da Bolívia divulgou, no entanto, que as negociações dos novos contratos e as auditorias nas exploradoras estabelecidas no país prosseguirão paralelamente ao projeto de reformulação da YPFB. Após a entrada em vigor do decreto de nacionalização do gás boliviano, a única medida colocada em prática foi o aumento da tributação de 50 para 82% em dois megacampos controlados pela estatal brasileira Petrobrás. Desde então, o governo brasileiro tenta renegociar o preço do gás. Em reunião no Rio de Janeiro, no início da semana, representantes da Petrobrás e da YPFB decidiram que, caso não cheguem a um acordo no prazo de 60 dias, levarão o assunto a uma corte internacional de arbitragem. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/08/06; O Globo – Economia – 12/08/06; O Estado de S. Paulo – 13/08/06)

Rússia voltou a comprar carne do Mato Grosso do Sul

O governo russo declarou que retomará as importações de carne bovina e suína proveniente do Estado do Mato Grosso do Sul. A Rússia havia embargado o produto brasileiro em outubro de 2005, quando foram encontrados focos de febre aftosa nos rebanhos do país. A decisão foi divulgada após a visita de dois veterinários russos ao Brasil que verificaram se as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combater a doença estavam sendo eficientes. A Rússia já havia voltado a importar carne dos Estados do Tocantins, Espírito Santo, Rondônia e Rio Grande do Sul. Entretanto, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina continuam prejudicados pelo embargo. O secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, Alfredo Felipe da Luz, criticou a Rússia por esta atitude e, segundo ele, o embargo deixou de ser uma questão sanitária e passou a ser política e econômica, pois os russos têm interesse em aumentar a produção interna de carne suína. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/08/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/08/06; O Globo – Economia – 12/08/06).

Petrobrás assinou acordos com estatais de Portugal e da Argentina

A estatal brasileira do petróleo, Petrobrás, firmou acordos com estatais da Argentina e de Portugal. A empresa assinou um convênio com as portuguesas Galp e Partex para explorar as águas profundas da Bacia do Peniche, em Portugal, país que hoje não tem produção de petróleo. Firmou ainda um acordo com a estatal Argentina, Fomento Mineiro de Santa Cruz (Fomicruz), para a exploração de duas reservas de gás na Patagônia. A Petrobrás investirá junto às empresas portuguesas cerca de US\$ 5 milhões na primeira fase de seu projeto, e ainda de US\$ 300 a US\$400 milhões na Argentina, nos próximos oito anos. A empresa brasileira corresponderá a 87% da sociedade com a Fomicruz, enquanto esta última contará com os restantes 13%. Se for prorrogado, o consórcio entre as estatais portuguesa e brasileira pode optar pela contratação de novos estudos sobre o subsolo ou pela perfuração de poços para confirmar a existência de reservas. A Petrobrás também está disputando o controle da refinaria de Cartagena, na Colômbia, que é controlada pela estatal local Ecopetrol, mas será aberta à iniciativa privada. A estatal brasileira apresentou sua proposta no dia 14 de agosto e concorre com a suíça Glencore International. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/08/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/08/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/08/06).

UE pediu melhora no controle fitossanitário brasileiro

A porta-voz do departamento de Saúde do Consumidor da União Européia (UE), Haravgi-Nina Papadoulaki, afirmou que a Comissão Européia pediu ao Brasil que

fortaleça seu controle de resíduos na produção de alimentos. Segundo ela, se as falhas encontradas no sistema brasileiro de defesa sanitária da produção não forem adequadamente sanadas, existe a possibilidade de que alguns itens das exportações brasileiras para o bloco sejam suspensos no futuro. A porta-voz também alertou que se melhore o sistema brasileiro de monitoramento e controle de commodities que não estejam sendo exportadas à Europa, mas que possam vir a ser futuramente, com vistas a evitar problemas como os atuais. Nesse sentido, a UE fixou o prazo do fim do mês de agosto para que o governo do país apresente informações sobre suas medidas para a implementação de um plano de controle na área. O governo brasileiro, por sua vez, enviou um comunicado no qual detalhava aos europeus seu plano de controle de resíduos. A UE optou por não aplicar sanções naquele momento e continuar o debate sobre o plano para as carnes bovina e de frango. Entretanto, ovos e mel provenientes do Brasil continuam sendo embargados pela organização. Dentro do bloco europeu, entidades de classe pressionaram a Comissão Europeia para que fossem aplicadas sanções sobre os produtos brasileiros, com cujos preços o setor interno não é capaz de competir, sendo, então, as citadas falhas sanitárias uma brecha para a instituição de barreiras comerciais contra importações brasileiras. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/08/06).

Febre aftosa causa desentendimento entre Brasil e Paraguai

A ministra das Relações Exteriores do Paraguai, Leila Rachid, criticou as ações da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro), do Estado do Mato Grosso do Sul, que destacou o território paraguaio como a origem dos focos da febre aftosa que atingiu a região em outubro de 2005. A crítica foi feita por meio de uma carta enviada ao chanceler brasileiro, Celso Amorim. Rachid direcionou suas críticas para o secretário estadual de Produção e diretor-presidente da Iagro, João Cavalléro, que, segundo ela, teria estimulado os brasileiros que possuem terras no Paraguai a dizer que há um surto de febre aftosa em território paraguaio. O Serviço Nacional de Qualidade e Saúde Animal (Senacsa) do Paraguai, por sua vez, garante que não existem casos de febre aftosa em território paraguaio. O Itamaraty comunicou que Amorim ainda não respondeu à carta da ministra paraguaia. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/08/06).

França fomentará a produção de etanol no Brasil

O banco de investimento francês, Société Générale, comunicou que fará parte de um fundo de US\$ 1 bilhão no Brasil para financiar a produ o de etanol. Segundo François Dossa, diretor da filial do Banco no Brasil, a importância do combustível   crescente frente ao elevado preço do petróleo no período atual e também a sua provável escassez dentro de algumas décadas. O banco francês, que já controla mais de 10% do fundo, aposta que esse dará um retorno de 25% ao ano. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/08/06).

ONU permanecerá no Haiti por mais seis meses

A Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou uma resolução que renovará a permanência das tropas de paz por mais seis meses no Haiti, reduzirá as forças militares de 7.500 para 7.200, aumentará o contingente policial em mais 54 homens e enviará ao país 16 agentes penitenciários para melhorar seu sistema carcerário. A resolução foi proposta pela Argentina e aprovada por unanimidade pelos membros do Conselho de Segurança (CS) da ONU. Entretanto, a diminuição das forças militares, atualmente sob comando brasileiro, não produzirá efeitos práticos, já que o contingente atual de “capacetes azuis” está abaixo do novo número aprovado pela resolução – o contingente real é de 6.900 homens e o novo número aprovado é de 7.200. O Haiti passa, atualmente, por uma onda de seqüestros e disputas entre gangues em Porto Príncipe, capital do país. (Folha de S. Paulo – Mundo – 16/08/06).

Chanceler brasileiro viajou para o Líbano

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, esteve na capital libanesa, Beirute, para levar ao país a ajuda humanitária doada pelo governo e arrecadada pela comunidade de origem libanesa no Brasil. Amorim foi recebido pelo seu colega libanês, Fawzi Salloukh, e se reuniu separadamente com o presidente do Parlamento, o xiita Nabih Berri, com o primeiro-ministro, o sunita Fuad Siniora, e com o presidente da república, o cristão Émile Lahoud. As autoridades libanesas agradeceram o apoio político e humanitário do Brasil. Amorim aproveitou a viagem para dizer que o Brasil não é crítico de Israel, mas somente de certas ações suas devido a desproporcionalidade e que “o Brasil não tem nenhuma expectativa de ser o mediador numa crise dessa natureza”. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 16/08/06; O Globo – Mundo – 16/08/06).

Brasil buscará impedir que UE barre novos produtos

Em setembro deste ano, técnicos do Ministério da Agricultura irão à Bruxelas, na Bélgica, para mostrar as novas ações adotadas pelo Brasil para o monitoramento de resíduos, como drogas veterinárias e contaminantes ambientais. A finalidade é evitar que a União Européia (UE) aumente a lista de produtos agrícolas brasileiros que têm entrada proibida no bloco, incluindo a carne bovina e a de frango. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/08/06).

Tríplice Fronteira terá Centro de Inteligência

Foi anunciada pelo Itamaraty a criação do Centro Regional de Inteligência em Foz do Iguaçu (PR), composto por funcionários do Brasil, da Argentina e do Paraguai com a finalidade de combater o crime na região da Tríplice Fronteira. O centro funcionará na Polícia Federal de Foz de Iguaçu, segundo nota do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e servirá para aumentar a cooperação entre os órgãos de segurança dos três países, de acordo com o compromisso firmado no Grupo 3 + 1 sobre Segurança na Tríplice Fronteira, formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Estados Unidos. O governo americano considera a região como porta de saída de recursos para financiar organizações terroristas no Oriente Médio. (Folha de S. Paulo – Mundo – 16/08/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 16/08/06).

Governo brasileiro mantém silêncio sobre Stroessner

O governo brasileiro decidiu manter silêncio sobre a morte do ex-presidente paraguaio, general Alfredo Stroessner, exilado político no Brasil desde 1989. A assessoria de imprensa do Palácio do Planalto informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vai divulgar nenhuma nota a respeito. (Folha de S. Paulo – Mundo – 17/08/06)